

YASCHA MOUNK

O povo contra a democracia

*Por que nossa liberdade corre perigo
e como salvá-la*

Tradução

Cássio de Arantes Leite

Débora Landsberg



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2018 by Yascha Mounk

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

The People vs. Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It

Capa

Thiago Lacaz

Preparação

Joaquim Toledo Jr.

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Angela das Neves

Fernando Nuno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mounk, Yascha

O povo contra a democracia : por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la / Yascha Mounk; tradução Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2019.

Título original: The People vs. Democracy : Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It.

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-3208-9

1. Autoritarismo 2. Democracia 3. Direitos humanos 4. Participação política 5. Populismo 1. Título.

19-23403

CDD-321.8

Índice para catálogo sistemático:

1. Democracia : Ciência política 321.8

Maria Paula C. Riyuzo – Bibliotecária – CRB-8/7639

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Sumário

<i>Prefácio à edição brasileira</i>	7
<i>Introdução — A perda das ilusões</i>	15

PARTE UM: A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL

1. Democracia sem direitos	47
2. Direitos sem democracia	74
3. A democracia está se desconsolidando	125

PARTE DOIS: ORIGENS

4. As mídias sociais	169
5. Estagnação econômica	184
6. Identidade	195

PARTE TRÊS: REMÉDIOS

7. Domesticar o nacionalismo	233
8. Consertar a economia	257
9. Renovar a fé cívica	281

Conclusão — Lutar por nossas convicções	301
<i>Notas</i>	317
<i>Créditos das figuras</i>	407
<i>Agradecimentos</i>	411
<i>Índice remissivo</i>	421

Prefácio à edição brasileira

É uma fraqueza comum da mente humana projetar tendências passadas muito adiante no futuro — achar que uma ação que subiu rapidamente nos últimos anos continuará com o valor nas alturas ou que o time campeão das últimas cinco temporadas voltará a triunfar sobre os adversários. E, contudo, a definição de loucura às vezes reside não em esperar que um mesmo movimento acabe produzindo um resultado diferente, mas, antes, em presumir que seguirá tendo o mesmo desfecho. Quando a quantidade de carruagens em Nova York cresceu acentuadamente no início do século xx, um relatório advertia que cada palmo da cidade ficaria coberto de esterco; então o carro foi inventado.

Refletindo sobre essa propensão bastante humana enquanto dava os últimos retoques no livro, não pude deixar de me perguntar se meus prognósticos mais pessimistas sobre a perigosa ascensão do populismo não poderiam em pouco tempo se revelar equivocados. Será que assistiremos em breve a uma reversão do crescimento impressionante do populismo autoritário — a eleição de Donald Trump, a consolidação de Rodrigo Duterte no po-

der nas Filipinas ou a rápida ascensão da Alternativa para a Alemanha — que acabamos de testemunhar?

No devido tempo, é bem possível. Mas os eventos do último ano, pelo mundo todo e especialmente no Brasil, sugerem outra conclusão: por ora, a ameaça populista à democracia é mais séria do que nunca.

Nos Estados Unidos, Donald Trump continua a atacar abertamente as instituições democráticas. Após ameaçar de prisão sua principal adversária durante a campanha e pôr em dúvida se respeitaria o resultado da eleição, no governo ele tem solapado a independência de instituições cruciais e ameaçado decretar estado de emergência nacional. Até o momento, a República americana resistiu a seus ataques erráticos. Mas, mesmo que Trump perca a eleição de 2020 e deixe a Casa Branca coberto de infâmia, sua presidência terá exposto a fragilidade da democracia mais antiga do mundo. Pois a despeito de seu descarado desprezo pelas tradições democráticas e dos constantes escândalos que assolam seu governo, ele consolidou o controle do Partido Republicano, furtou-se a prestar contas perante o Congresso e expandiu os poderes da presidência.

O que nos chega da Europa é igualmente sombrio. Falando em Fulton, Missouri, em março de 1946, Winston Churchill lamentou a Cortina de Ferro que descia sobre o coração da Europa, de Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático. Hoje, é possível percorrer a estrada ao longo dessa falha geológica da história — começando na Polônia e na República Tcheca e passando pela Hungria e pela Áustria — sem nunca deixar um país governado por populistas autoritários.

Para ficar num exemplo: com sua vibrante sociedade civil, histórico de eleições livres e justas e PIB relativamente elevado, os cientistas políticos há muito proclamaram a Hungria uma “democracia consolidada”. Desde a eleição de Viktor Orbán, em

2010, o país marcha, como mostro nas páginas deste livro, a passos largos rumo à autocracia: Orbán encheu de sectários o supremo tribunal da Hungria e sua poderosa comissão eleitoral, transformou os canais de televisão estatais em veículos de propaganda, entregou jornais importantíssimos nas mãos de seus aliados e causou graves danos ao sistema eleitoral do país. No ano passado, o governo recrudescceu ainda mais a repressão. Uma grande universidade foi forçada a deixar o país. Orbán foi rebatizado primeiro-ministro em eleições na maior parte livres, mas não mais justas. Segundo um painel de especialistas internacionais, o país não podia mais ser classificado como “livre”.

Seria tentador pôr os estarrecedores acontecimentos de lugares como a Hungria, a Polônia e a República Tcheca na conta de seu longo legado de governo totalitário ou do caráter recente de suas instituições democráticas. Mas a triste verdade é que esses mesmos acontecimentos estão rapidamente criando raízes em partes do continente que foram democráticas por muito mais tempo. Na Itália, os populistas abocanharam quase dois terços da votação nas eleições do ano passado; o Movimento Cinco Estrelas e a Liga estão formando nesse momento um governo populista de esquerda-direita que remete à tradição dos pactos vermelho-marrom. A situação na Áustria não é muito melhor: embora Sebastian Kurz, o mais jovem chanceler do país, seja membro de um partido político tradicionalmente moderado, a agenda do governo é ditada sobretudo por seus parceiros de coalizão populista, o Partido da Liberdade, de extrema direita.

Como resultado desses e outros acontecimentos similares, a democracia prossegue em seu encolhimento global. Segundo novo relatório da Freedom House, adentramos o 13º aniversário de uma “recessão democrática”: em cada um dos últimos treze anos, mais países se afastaram da democracia do que foram em sua direção. As quatro democracias mais populosas do mundo são hoje governadas por populistas autoritários...

... o que, é claro, nos leva ao Brasil. Durante a campanha, Jair Bolsonaro demonstrou claramente suas semelhanças com Trump e Orbán. Como eles, Bolsonaro se pintou como o único representante verdadeiro do povo e chamou seus adversários de traidores ilegítimos; e, também como eles, atacou as regras e normas mais básicas das instituições do país — chegando a ponto de elogiar a ditadura militar que dominou o país por duas cruéis décadas.

O que define o populismo é essa reivindicação de representação exclusiva do povo — e é essa relutância em tolerar a oposição ou respeitar a necessidade de instituições independentes que com tamanha frequência põe os populistas em rota de colisão direta com a democracia liberal. Desse modo, a eleição de Jair Bolsonaro deve ser encarada como o evento mais significativo na história brasileira desde a queda da ditadura militar: pelos próximos anos, o povo terá de lutar pela própria sobrevivência da democracia liberal.

Os brasileiros conseguirão salvar a democracia brasileira? E terá o leitor deste livro algo a contribuir para essa que é a mais nobre das causas?

A resposta a ambas as questões é sim.

Há alguns meses, meu colega Jordan Kyle e eu começamos a montar o primeiro estudo sistemático do impacto que populistas do mundo todo tiveram sobre as instituições democráticas de seus países. Nossos resultados são desanimadores. A probabilidade de um populista causar um estrago duradouro ao grau em que um país pode ser considerado democrático é quatro vezes maior do que a de outros tipos de governantes eleitos. Apenas uma pequena minoria de presidentes e primeiros-ministros populistas deixa o governo por perder eleições livres e justas ou chegar ao fim do mandato. Quase metade conseguiu mudar a Constituição para se conceder poderes expandidos. Muitos restringem significativamente as liberdades políticas e civis desfrutadas por aqueles

sob seu governo. E embora na campanha não raro prometam erradicar a corrupção, os países que governam ficaram, em média, *mais* corruptos.

Mas, apesar das más notícias, a principal lição a tirar desse estudo está longe de ser fatalista. Afinal, ele demonstrou que em muitos casos uma oposição disciplinada e atuante conseguiu fazer frente às tentativas do governo de expandir seus poderes. Assim como há populistas autoritários que concentraram poder nas próprias mãos e minaram as liberdades de seus súditos, também há casos em que os cidadãos removeram aspirantes a autocrata do governo com uma vitória acachapante nas urnas ou por meio de impeachment, devido à corrupção generalizada.

As evidências sugerem fortemente que a democracia brasileira corre grave perigo. Mas levam a crer também que o destino do país depende hoje das ações de defensores da democracia. Mas o que eles — você — podem fazer?

A experiência de outros países sugere três lições principais. Primeiro, a oposição sempre subestima o populista, deixando de enxergar a astúcia que espreita sob suas bravatas. Dos venezuelanos de classe alta que se convenceram de que Chávez não teria capacidade para continuar no poder aos italianos cultos que tinham certeza de que seus compatriotas em pouco tempo perceberiam que Silvio Berlusconi não passava de um charlatão ridículo, todos continuaram a escarnecer enquanto a vaca ia para o brejo. Com frequência, esse desdém pela figura de proa do populismo vinha acompanhado de uma palpável depreciação de seus partidários.

É fundamental que os brasileiros não cometam o mesmo erro: Bolsonaro é o adversário mais poderoso que a democracia brasileira enfrenta em meio século, e seus partidários são cidadãos que, como você, terão que compartilhar o país por uma década ou até um século. Não o subestime e não menospreze essas pessoas.

Segundo, os opositores dos populistas muitas vezes deixam de trabalhar unidos até se verem juntos na impotência. Na maioria dos países, os populistas só alcançam o cargo máximo porque seus adversários fracassam em concluir um pacto eleitoral. E embora seja natural presumir que a ameaça autoritária possa nos ajudar a enxergar as coisas com mais lucidez, o oposto geralmente se mostra verdadeiro: aflitos e apavorados, os adversários do populista começam a fazer o jogo político da pureza, impondo testes ainda mais decisivos a seus potenciais parceiros e recusando-se a abraçar antigos aliados do populista dispostos a lhe dar as costas.

Todos os brasileiros que reconhecem o perigo representado por Bolsonaro e estão comprometidos tanto com a liberdade individual como com a autodeterminação coletiva precisam trabalhar juntos, a despeito de suas enormes diferenças políticas. Você poderá voltar à luta por taxas de impostos mais justas ou debater os limites do Estado de bem-estar social depois que esse perigo iminente tiver sido afastado. Por ora, é preciso união — ou sujeitar-se à cisão.

Terceiro, os oponentes dos populistas muitas vezes deixam de visualizar uma perspectiva positiva para um país melhor. Em vez de tentar convencer seus colegas cidadãos de que eles podem oferecer benefícios tangíveis, concentram-se apenas nas falhas gritantes de seus inimigos. Se ao menos conseguissem chamar a atenção para suas mentiras, preconceitos e mau gosto, o país finalmente levaria um susto e acordaria do pesadelo, atônito — é o que parecem pensar.

Mas a maioria dos partidários dos populistas tem plena consciência de que seu líder mente, dissemina mensagens de ódio e não passa de um bronco. Convencidos de que os políticos tradicionais nada têm a lhes oferecer, é precisamente isso que os atrai nele. Sempre existe a chance, dizem a si mesmos, de que o populista realize uma fração de suas promessas irreais. E, pelo menos, ele vai poupá-los da hipocrisia envaidecida da velha-guarda.

É crucial que os políticos da oposição evitem a armadilha de deixar Bolsonaro determinar a agenda política, concentrando-se exclusivamente em suas falhas pessoais e políticas. Em vez de denunciar as palavras afrontosas que estão sempre saindo dos lábios dos populistas, eles deveriam tentar uma estratégia própria. Pois somente quando os cidadãos se sentem mais esperançosos do que fatalistas — apenas quando recuperam a confiança de que políticos mais moderados lutarão e trabalharão por eles — eles mudam seu voto. Para resgatar o país, os defensores da democracia liberal precisam provar para seus concidadãos não só que Bolsonaro é ruim para a nação, como também que eles podem fazer um trabalho melhor.

A batalha pela sobrevivência da democracia brasileira ainda não foi perdida. Ao contrário dos cidadãos da Turquia e da Hungria, você ainda tem nas mãos a capacidade de brigar por seus valores. Um excelente começo é protestar sempre que o presidente tentar expandir seu poder. Afinal, nada melhor do que centenas de milhares de pessoas de todas as classes e etnias tomando as ruas em uma jubilosa celebração da democracia para demonstrar que Bolsonaro não fala em nome de todo o povo.

Se você se importa com a proteção de sua liberdade, é seu dever solene exercer seus direitos antes que o novo presidente os tire de vez. Mas vá com calma: salvar uma democracia de um populista perigoso é como correr uma ultramaratona — e você acaba de transpor o primeiro quilômetro.

Introdução

A perda das ilusões

Existem décadas intermináveis, em que a história parece se arrastar. Eleições são vencidas e perdidas, leis são adotadas e revogadas, estrelas nascem e pessoas ilustres vão para o túmulo. Mas a despeito do caráter prosaico da passagem do tempo, as estrelas-guia da cultura, da sociedade e da política seguem as mesmas.

E existem também anos breves em que tudo muda abruptamente. Novas figuras políticas tomam o palco de assalto. Eleitores clamam por políticas públicas que até o dia anterior eram impensáveis. Tensões sociais que por muito tempo fervilharam sob a superfície vêm à tona numa explosão terrível. O sistema de governo que antes parecia inabalável dá sinais de que vai desmoronar.

É o tipo de momento em que vivemos hoje.

Até há pouco tempo, a democracia liberal reinava absoluta. A despeito de todas as suas deficiências, a maioria dos cidadãos parecia profundamente comprometida com sua forma de governo. A economia estava em crescimento. Os partidos radicais eram

insignificantes. Os cientistas políticos achavam que em lugares como a França ou os Estados Unidos a democracia chegara para ficar fazia um bom tempo e que em anos vindouros pouca coisa mudaria. Politicamente falando, assim parecia, o futuro não seria muito diferente do passado.

Então o futuro chegou — e se revelou, na verdade, bem diferente.

A desilusão do cidadão com a política é coisa antiga; hoje em dia, ele está cada vez mais inquieto, raivoso, até desdenhoso. Faz tempo que os sistemas partidários parecem paralisados; hoje, o populismo autoritário cresce no mundo todo, da América à Europa e da Ásia à Austrália. Não é de hoje que os eleitores repudiam esse ou aquele partido, político ou governo; agora, muitos deles parecem estar fartos da democracia liberal em si.

A eleição de Donald Trump para a Casa Branca foi a manifestação mais aparente da crise da democracia. Nunca é demais frisar o que significou a ascensão de Trump. Pela primeira vez em sua história, a democracia mais antiga e poderosa do mundo elegeu um presidente que despreza abertamente normas constitucionais básicas — alguém que deixou seus apoiadores “em suspense”, ameaçando não aceitar o resultado da eleição; que defendeu a prisão de sua principal opositora política; e que sem exceção preferiu os adversários autoritários do país a seus aliados democráticos.¹ Mesmo se no fim das contas Trump for cerceado pelos mecanismos institucionais de controle, a disposição do povo americano em eleger um aspirante a déspota para o cargo mais alto do país é um péssimo sinal.

E a eleição de Trump dificilmente pode ser considerada um incidente isolado. Na Rússia e na Turquia, déspotas eleitos conseguiram transformar democracias incipientes em ditaduras eleitorais. Na Polônia e na Hungria, líderes populistas rezam essa mesma cartilha para destruir a liberdade de imprensa, solapar as instituições independentes e calar a oposição.

Mais países em breve seguirão o mesmo caminho. Na Áustria, um candidato de extrema direita quase ganhou a presidência. Na França, o panorama político em rápida transformação está oferecendo novas oportunidades tanto para a extrema esquerda como para a extrema direita. Na Espanha e na Grécia, sistemas partidários estabelecidos estão se desintegrando a uma velocidade alarmante. Mesmo nas democracias supostamente estáveis e tolerantes — Suécia, Alemanha, Holanda —, os extremistas têm celebrado triunfos sem precedentes.

Não resta mais a menor dúvida de que estamos em um momento populista. A questão agora é se esse momento populista vai se tornar uma era populista — e pôr em xeque a própria sobrevivência da democracia liberal.

Após a queda da União Soviética, a democracia liberal virou a forma de regime dominante no mundo. Parecia imutável na América do Norte e na Europa Ocidental, radicou-se num piscar de olhos em países outrora autocráticos, do Leste Europeu à América do Sul, e fez rápidas incursões por Ásia e África.

Um motivo para o triunfo da democracia liberal é que não havia alternativa consistente a ela. O comunismo fracassara. A teocracia islâmica contava com pouquíssimo apoio fora do Oriente Médio. O sistema singular chinês de capitalismo estatal sob a bandeira do comunismo dificilmente poderia ser copiado por países que não partilhassem de sua história incomum. O futuro, assim parecia, pertencia à democracia liberal.

A ideia do triunfo infalível da democracia ficou associada à obra de Francis Fukuyama. Em controverso ensaio publicado no fim dos anos 1980, Fukuyama afirmava que o encerramento da Guerra Fria levaria “ao ponto final da evolução ideológica da humanidade e à universalização da democracia liberal ocidental co-

mo forma definitiva de governo humano”. O triunfo da democracia, proclamou numa frase que veio a condensar o otimismo eufórico de 1989, marcaria o “Fim da História”.²

Muitos criticaram Fukuyama por sua suposta ingenuidade. Alguns alegavam que a disseminação da democracia liberal estava longe de ser inevitável, receando (ou esperando) que muitos países se mostrariam resistentes a essa ideia importada do Ocidente. Outros afirmavam que era cedo demais para prever que tipo de avanços a engenhosidade humana seria capaz de conceber nos séculos seguintes: talvez, sugeriam, a democracia liberal fosse apenas o prelúdio para uma forma de governo mais justa e esclarecida.³

A despeito da crítica vociferante, o pressuposto fundamental de Fukuyama se revelou de enorme influência. A maioria dos que advertiam que a democracia liberal podia não triunfar no mundo todo estava igualmente confiante em que ela permaneceria estável nos redutos democráticos da América do Norte e da Europa Ocidental. Na verdade, até mesmo a maior parte dos cientistas políticos, por demais cautelosos para fazer grandes generalizações sobre o fim da história, chegou mais ou menos à mesma conclusão. As democracias nos países pobres muitas vezes fracassavam, observaram eles. Autocratas eram regularmente expulsos do poder mesmo quando podiam oferecer um bom padrão de vida a seus súditos. Mas quando um país passava a ser não apenas rico como também democrático, mostrava-se incrivelmente estável. A Argentina sofrera um golpe militar em 1975, quando seu PIB per capita era de cerca de 14 mil dólares, em moeda atual.⁴ Acima desse limiar, nenhuma democracia estabelecida jamais desmoronara.⁵

Impressionados com a estabilidade sem paralelo das democracias ricas, os cientistas políticos começaram a conceber a história do pós-guerra em diversos países como um processo de “consolidação democrática”.⁶ Para sustentar uma democracia duradoura, o país devia atingir um alto nível de riqueza e educação.

Tinha de construir uma sociedade civil vibrante e assegurar a neutralidade de instituições de Estado fundamentais, como o judiciário. Grandes forças políticas tiveram de aceitar que deviam deixar os eleitores — e não o poder de seus exércitos ou de suas carteiras gordas — determinar os resultados políticos. Todos esses objetivos frequentemente se revelaram esquivos.

Construir uma democracia não foi tarefa fácil. Mas a recompensa que acenava no horizonte era tão preciosa quanto perene: uma vez estabelecidos os parâmetros fundamentais da democracia, o sistema político continuaria estável para sempre. A consolidação democrática, segundo essa visão, era uma via de mão única. Depois que a democracia, na famosa expressão de Juan J. Linz e Alfred Stepan, virou “a única opção”, ela estava lá para ficar.⁷

Os cientistas políticos tinham tanta convicção desse pressuposto que poucos se dedicaram a especificar as condições sob as quais a consolidação democrática correria o risco de andar para trás. Mas acontecimentos recentes põem essa autoconfiança democrática em xeque.

Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos das democracias liberais estava muito satisfeita com seus governos e o índice de aprovação de suas instituições era elevado; hoje, a desilusão é maior do que nunca. Há um quarto de século, a maioria dos cidadãos tinha orgulho de viver numa democracia liberal e rejeitava enfaticamente uma alternativa autoritária a seu sistema de governo; hoje, muitos estão cada vez mais hostis à democracia. E há um quarto de século, adversários políticos eram unidos em seu respeito mútuo pelas regras e normas democráticas básicas; hoje, candidatos que violam as normas mais fundamentais da democracia liberal ganharam grande poder e influência.⁸

Tomemos dois exemplos extraídos de minha pesquisa: mais de dois terços dos idosos americanos acreditam que é extremamente importante viver em uma democracia; entre os millennials,

menos de um terço pensa o mesmo. O fim do caso de amor com a democracia também está deixando os americanos mais abertos a alternativas autoritárias. Em 1995, por exemplo, apenas uma em cada dezesseis pessoas acreditava que um governo militar era um bom sistema de governo; hoje, a proporção é de uma em seis.⁹

Sob essas circunstâncias radicalmente transformadas, seria uma imprudência pressupor que a estabilidade da democracia persistirá sem sombra de dúvida. O primeiro grande pressuposto do pós-guerra — a ideia de que países ricos em que o poder repetidamente trocou de mãos por meio de eleições livres e justas seguiriam democráticos para sempre — permaneceu todo esse tempo enraizado em solo instável.

Se o primeiro grande pressuposto que moldou nossa imaginação política se mostrou injustificável, temos motivo para reexaminar também o segundo grande pressuposto.

Liberalismo e democracia, assim pensamos por muito tempo, compõem um todo coeso. A questão não é apenas que nos preocupamos com a vontade popular e com o Estado de direito, ambos ligados não só à autonomia de decisão das pessoas como também à proteção dos direitos individuais. É que cada componente de nosso sistema político parece ser necessário para proteger os demais.

Há de fato um bom motivo para recear que a democracia liberal talvez não sobreviva se um de seus elementos for abandonado. Um sistema em que as pessoas têm voz nas decisões assegura que os ricos e poderosos não possam passar por cima dos direitos dos desfavorecidos. Por esse mesmo motivo, um sistema em que os direitos de minorias impopulares são protegidos e a imprensa pode criticar o governo livremente assegura que as pessoas possam mudar seus soberanos mediante eleições livres e jus-

tas. Direitos individuais e vontade popular, conforme sugere essa narrativa, andam juntos, como torta e maçã, ou como Twitter e Donald Trump.

Mas o fato de que um sistema funcional precisa de ambos os elementos para prosperar não significa que um sistema que tenha as duas coisas necessariamente será estável. Pelo contrário, a dependência mútua do liberalismo e da democracia mostra com que rapidez a disfunção em um aspecto de nossa política pode gerar disfunção em outro. E assim a democracia sem direitos sempre corre o risco de degenerar naquilo que os Pais Fundadores mais temiam: a tirania da maioria. Entretanto, os direitos sem democracia não precisam se provar mais estáveis: depois que o sistema político virar um playground de bilionários e tecnocratas, a tentação de excluir cada vez mais o povo das decisões importantes continuará aumentando.

Essa lenta divergência entre o liberalismo e a democracia talvez seja exatamente o que acontece neste momento — e as consequências decerto serão tão ruins quanto as nossas previsões.

Na forma e no conteúdo, muita coisa separa os populistas que estão celebrando vitórias sem precedentes de ambos os lados do Atlântico.

É tentador, por exemplo, ver Donald Trump como um fenômeno exclusivamente americano. Dos modos impudentes à ostentação da própria riqueza, ele é a caricatura ambulante do id americano — o tipo de personagem que um cartunista comunista encarregado de ridicularizar o arqui-inimigo poderia ter desenhado a mando de um ministério da propaganda da era soviética. E de muitas maneiras, sem dúvida, Trump é *de fato* muito americano. Ele enfatiza suas credenciais de homem de negócios em parte devido à profunda veneração de empresários típica da cul-

tura americana. Os alvos de sua ira também são moldados pelo contexto americano. O temor de que as elites liberais estejam conspirando para tirar as armas do povo, por exemplo, na Europa pareceria peculiar.

E, contudo, a real natureza da ameaça que Trump representa só pode ser compreendida em um contexto muito mais amplo: o de populistas da extrema direita que vêm ganhando força em toda grande democracia, de Atenas a Ancara, de Sydney a Estocolmo, de Varsóvia a Wellington. A despeito das diferenças óbvias entre os populistas em ascensão nesses países, suas características em comum são profundas — e fazem de cada um deles um perigo surpreendentemente similar para o sistema político.

Donald Trump nos Estados Unidos, Nigel Farage na Grã-Bretanha, Frauke Petry na Alemanha e Marine Le Pen na França afirmam todos que as soluções para os problemas mais prementes de nosso tempo são bem mais simples do que o establishment político quer nos fazer crer e que a grande massa de pessoas comuns instintivamente sabe o que fazer. No fundo, eles veem a política como um assunto muito simples. Se a voz pura do povo prevalecesse, os motivos para o descontentamento popular rapidamente desapareceriam. A América (ou a Grã-Bretanha, ou a Alemanha, ou a França) seria grande outra vez.

Isso leva a uma pergunta óbvia. Se os problemas políticos de nosso tempo são tão fáceis de consertar, por que persistem? Como os populistas não estão dispostos a admitir que o mundo real pode ser complicado — que as soluções podem se revelar esquivas até para pessoas bem-intencionadas —, precisam de alguém para culpar. E culpar é o que mais fazem.

Em geral, o primeiro culpado evidente é encontrado fora do país. Assim, nada mais lógico que Trump culpe a China pelos problemas econômicos dos Estados Unidos. Tampouco deveria causar surpresa que ele se aproveite dos medos das pessoas e ale-

gue que os Estados Unidos estão sendo tomados por estupradores (mexicanos) e terroristas (muçulmanos).¹⁰

Os populistas europeus veem inimigos por toda parte e a maioria expressa seu ódio de maneira mais velada. Mas a retórica deles tem a mesma lógica subjacente. Como Trump, Le Pen e Farage acreditam que a culpa é dos estrangeiros — parasitas muçulmanos ou encanadores poloneses — se os salários ficam estagnados ou a identidade nacional é ameaçada por recém-chegados. E, como Trump, culpam o establishment político — dos burocratas de Bruxelas à mídia falaciosa — por seu fracasso em cumprir com as promessas exageradas. Aquela gente da capital, afirmam populistas de todos os jazes, está ali em proveito próprio ou conspirando com os inimigos da nação. Os políticos do establishment, alegam, têm um fetiche equivocado pela diversidade. Ou então torcem pelos inimigos da nação. Ou — a explicação mais simples de todas — são de algum modo forasteiros, ou muçulmanos, ou as duas coisas.

Essa visão de mundo engendra dois desejos políticos, e a maioria dos populistas é suficientemente esperta para abraçar ambos. Primeiro, dizem os populistas, um líder honesto — que partilhe da opinião pura das pessoas e esteja disposto a lutar em nome delas — precisa galgar os altos escalões do poder. E, segundo, depois que esse líder honesto estiver no comando, precisa acabar com os obstáculos institucionais que o impeçam de cumprir a vontade do povo.

As democracias liberais têm muitos mecanismos de controle criados para impedir um partido de acumular demasiado poder e para conciliar os interesses de grupos diferentes. Mas na imaginação dos populistas a vontade do povo não precisa ser mediada, e qualquer compromisso com as minorias é uma forma de corrupção. Nesse sentido, os populistas são profundamente democratas: muito mais fervorosos do que os políticos tradicionais,

eles acreditam que o *demos* deve governar. Mas também são profundamente iliberais: ao contrário dos políticos tradicionais, dizem abertamente que nem as instituições independentes, nem os direitos individuais devem abafar a voz do povo.

O medo de que insurgentes populistas sabotem as instituições liberais se chegarem ao poder pode soar alarmista. Mas está baseado em numerosos precedentes. Afinal de contas, populistas iliberais foram eleitos em países como Polônia e Turquia. Em cada um desses lugares, tomaram medidas surpreendentemente parecidas para consolidar seu poder: elevaram as tensões com supostos inimigos domésticos e no exterior; encheram de cupinchas os tribunais e comissões eleitorais; e assumiram o controle da mídia.¹¹

Na Hungria, por exemplo, a democracia liberal foi um transplante bem mais recente — e frágil — do que, digamos, na Alemanha ou na Suécia. E, no entanto, durante toda a década de 1990 os cientistas políticos estiveram otimistas com seu futuro. Segundo suas teorias, a Hungria tinha todos os atributos que favoreciam uma transição democrática: o país conheceu um governo democrático no passado; seu legado totalitário era mais moderado que o de vários outros países do Leste Europeu; as antigas elites comunistas haviam consentido com o novo regime num acordo negociado; e o país fazia fronteira com uma série de democracias estáveis. A Hungria, no linguajar das ciências sociais, era um “caso mais provável”: se a democracia não triunfasse ali, também dificilmente seria bem-sucedida nos demais países comunistas.¹²

Essa previsão pareceu mais ou menos se confirmar ao longo de toda a década de 1990. A economia húngara cresceu. O governo mudou de mãos pacificamente. Sua atuante sociedade civil tinha uma mídia crítica, ONGs fortes e uma das melhores univer-

sidades da Europa Central. A democracia húngara parecia em processo de consolidação.¹³

Então começaram os problemas. Muitos húngaros acharam que estavam recebendo uma fatia pequena demais do crescimento econômico nacional. Viram sua identidade ameaçada pela perspectiva (sem base na realidade) da imigração em massa. Quando o partido de centro-esquerda então no poder se envolveu num grande escândalo de corrupção, o descontentamento popular culminou no completo repúdio ao governo. Nas eleições parlamentares de 2010, os eleitores húngaros deram ao partido Fidesz, de Viktor Orbán, uma vitória esmagadora.¹⁴

Uma vez no governo, Orbán consolidou sistematicamente seu controle. Indicou seguidores leais para dirigir estações de tv estatais, chefiar a comissão eleitoral e controlar o tribunal constitucional do país. Mudou o sistema eleitoral em proveito próprio, forçou a saída de empresas estrangeiras para favorecer o lucro de seus cupinchas, instituiu regulamentação excessivamente rígida para as ONGs e tentou fechar a Universidade Centro-Europeia.¹⁵

Não houve decisão revolucionária, nenhuma medida isolada que assinalasse nitidamente que as velhas normas políticas haviam sido varridas do mapa. Qualquer uma das medidas de Orbán podia ser defendida de uma maneira ou de outra. Mas, tomadas em conjunto, seu efeito pouco a pouco se tornou inconfundível: a Hungria não é mais uma democracia liberal.

Então o que ela é?

Ao longo dos anos, Orbán tem respondido a essa pergunta com clareza cada vez maior. No começo ele se apresentou como um democrata honesto com valores conservadores. Agora declara em alto e bom som sua oposição à democracia liberal. A democracia, ele prega, deve ser hierárquica, não liberal. Sob sua liderança, a Hungria passará a ser um “novo Estado iliberal baseado em fundações nacionais”.¹⁶